



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Piso nacional **Magistério e governo se encontram**

“O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) e o governo do Estado encontram-se, hoje, em um audiência, no Centro Administrativo em Florianópolis. (...)”

(DC, 17/5, Geral, p. 22)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 17/5/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 17/5/11
Assunto: Piso nacional magistério e governo se encontram		Página: 22

PISO NACIONAL

Magistério e governo se encontram

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) e o governo do Estado encontram-se, hoje, em uma audiência, no Centro Administrativo em Florianópolis. A expectativa dos professores é receber uma proposta salarial. Mesmo assim, a greve para amanhã está mantida e cerca de 700 mil alunos podem ser afetados.

A coordenadora do Sinte, Alvete Bedin, informou que eles esperam receber uma proposta que cumpra imediatamente a lei do piso salarial do magistério. Para os professores, a legislação é clara e não deixa dúvidas de que piso é o vencimento inicial sem a incorporação de qualquer abono. Os trabalhadores ainda pedem o pagamento no valor de R\$ 1.587, em vez dos R\$ 1.187 estipulados pelo Ministério da Educação. A diferença deve-se a um reajuste não concedido em 2009.

Alvete disse que, caso eles recebam uma proposta, ela será encaminhada aos professores, para ser analisada em assembleias regionais. Depois, um encontro estadual deve discutir a oferta do governo.

– É claro que isso será feito apenas se recebermos uma proposta. A greve foi deflagrada por unanimidade e iremos parar as atividades na quarta-feira – ressaltou.

Antes de viajar, governador disse que vai acatar decisão

A audiência terá representantes das secretarias da Educação e Administração e da Procuradoria-geral do Estado. Antes de embarcar para a Europa, o governador Raimundo Colombo afirmou que vai obedecer à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que, em abril, considerou constitucional o piso do magistério. Ele ainda falou que isso só não foi cumprido porque é preciso esclarecer alguns pontos.

Hoje, trabalhadores de algumas escolas de Palhoça, na Grande Florianópolis, farão manifestações. Na Capital, alunos irão protestar em apoio aos professores. Desde a última quinta-feira, após a assembleia decidir pela greve, os docentes diminuíram o tempo de aula de 45 para 30 minutos.

ALVETE BEDIN

Coordenadora do Sinte

“

É claro que isso (a análise) será feito apenas se recebermos uma proposta. A greve foi deflagrada por unanimidade e iremos parar as atividades na quarta-feira (amanhã).



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 17/5/11
Assunto: Governo quer evitar greves dos professores		Página: 2

Greve ou entendimento?

Da Alemanha, o governador Raimundo Colombo declarou que acredita no entendimento entre o governo e o Sinte, que representa os professores. Além disso, garantiu que quer remunerar melhor a categoria, sendo que no momento trata-se de uma questão de ajuste e compreensão. O encontro visando neutralizar a greve será hoje coordenado pelo secretário da Educação, Marco Tebaldi. O governador em exercício Pinho Moreira não vai integrar a equipe do governo que conversará com líderes sindicais. Tebaldi deixou claro que não há nada pronto, ou seja, um "prato feito" para apresentar aos professores. A meta é conversar à exaustão na busca do consenso com o compromisso firmado de que o governo do Estado vai sim honrar o

pagamento do piso do magistério. Até porque é determinação legal. Para o secretário uma greve agora não tem sentido já que o governo se comprometeu a pagar o piso. O que poderá acontecer no encontro costurado pelo governador Colombo, antes de embarcar em sua viagem a Europa, é antecipar uma parte do pagamento e aguardar o acórdão da Justiça. Não é bem o que a categoria quer ouvir respaldada numa decisão judicial, mas ambos os lados estão emoldurados pelo bom senso para encontrar uma solução. O governador reconhece que a greve é uma manifestação legítima, mas está confiante de que haverá sintonia. Tomara, mas sem uma proposta concreta os professores podem se sentir, mais uma vez, coadjuvantes de um processo onde possuem todos os direitos.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 17/5/11
Assunto: Governo quer evitar greves dos professores		Página: 18

GOVERNO QUER EVITAR GREVE DOS PROFESSORES

Faltando um dia para o início da greve dos professores estaduais, o governo tenta, em nova reunião com o Sinte, encontrar um caminho para evitar a paralisação das atividades nas escolas de Santa Catarina. Na tentativa de impedir o desgaste causado por uma greve logo no início do governo, Raimundo Colombo monitora da Europa a situação em conversas telefônicas frequentes com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira e com o secretário Marco Tebaldi (Educação). Em um esforço conjunto para evitar a greve, os secretários Marco Tebaldi, Nelson Serpa (Procuradoria-geral do Estado),

Milton Martini (Administração) e Derly de Anunciação (Comunicação) passaram o dia de ontem discutindo possíveis cenários de propostas que podem ser feitas ao magistério para impedir a paralisação de 39 mil funcionários estaduais. E hoje vão se reunir com o sindicato para negociar.

Já existe entendimento dentro do governo sobre a necessidade de se pagar o piso salarial nacional aos professores (R\$ 1,1 mil iniciais). Mas a administração estadual ainda aguarda detalhes do acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) antes de se comprometer. Uma das sugestões que deve ser colocada na mesa hoje é a incorporação

do Prêmio Educar (para ativos) e do Prêmio Jubilar (para aposentados). O bônus é de R\$ 200. Reivindicação antiga da categoria, pode ser bem aceita pelo sindicato, desde que seja somada aos vencimentos determinados pelo piso nacional. A incorporação de outros abonos, como o extra pago pela regência de classe e do prêmio de atividades para professores, também é discutida e pode ser colocada na mesa. "Acreditamos que há boa vontade dos professores. Vamos sentar e conversar e ver se conseguimos avançar nas negociações para evitar a greve", diz o secretário Marco Tebaldi.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 17/5/11
Assunto: Tá certo ou não? - Livro polêmico ainda não chegou a Santa Catarina		Página: 22

TÁ CERTO OU NÃO? Livro polêmico ainda não chegou a Santa Catarina

Publicação distribuída pelo MEC divide especialistas ao defender aceitação da linguagem coloquial

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O livro didático *Por uma Vida Melhor* – utilizado para educação de jovens e adultos e que está causando polêmica por defender que é adequado falar “os livro” ou “nós pega o peixe” –, distribuído pelo Ministério da Educação (MEC), não chegou a rede estadual de educação.

Quando chegar, a Secretaria de Estado da Educação (SED) informou que escolas têm autonomia para aceitar ou não os exemplares.

O livro, da coleção *Viver, Aprender*, publicada pela Editora Global, foi distribuído a 484.195 alunos de 4.236 escolas, pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA). Em SC, são 64.191 alunos do EJA matriculados na rede estadual.

Os autores do livro sugerem que a fala coloquial, contendo erros, é válida e deve ser aceita pelos outros.

Em sua página 15, por exemplo, há um trecho que diz: “Você pode estar se perguntando: Mas eu posso falar os livro?” Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico.”

A obra explica que, na fala popular, a concordância funciona de forma diferente da norma culta, dá exemplos, como “nós pega o peixe” e recomenda que o “falante domine as duas variações e escolha a que julgar adequada à situação.”

“Errado” dá lugar à ideia de “inadequado”

Em nota divulgada pelo MEC, uma das autoras do livro, Heloisa Ramos, justificou que “o importante é chamar a atenção para o fato de que a ideia de correto e incorreto no uso da língua deve ser substituída pela ideia de uso adequado e inadequado, dependendo da situação comunica-

tiva.” Heloisa também afirmou que o livro tem como fundamento os “documentos do MEC para o ensino fundamental regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA)”.

O MEC defendeu que a norma culta da língua será sempre a exigida nas provas e avaliações, mas que o livro estimula a formação de cidadãos que usem a língua com flexibilidade. O propósito também seria discutir o mito de que só há uma forma de falar corretamente.

Em nota, a Academia Brasileira de Letras (ABL) criticou a publicação e disse estranhar “certas posições teóricas dos autores”.

– Todas as feições sociais do nosso idioma constituem objeto de disciplinas científicas, mas bem diferente é a tarefa do professor de língua portuguesa, que espera encontrar no livro didático o respaldo dos usos da língua padrão que ministra a seus discípulos – diz ainda a nota.

O articulador da Educação Básica

da SED, o estudioso de linguística Isaac Ferreira, explica que os livros didáticos adotados pelo MEC dão cada vez mais espaço à fala.

– Mas eles sempre deixaram claro a diferença entre fala e escrita. Sempre contextualizaram quando os exemplos podem ser usados. São livros que não desconsideram o modo de falar das pessoas – diz.

O estudioso não teve acesso ao livro, mas afirmou que é possível não haver problemas se as escolas ficarem com as obras. Os livros são escolhidos num canal direto entre colégio e MEC, pelo qual são selecionados títulos de um catálogo.

– Mas caso elas recebam os exemplares e não queiram ficar com eles, elas podem devolvê-los – esclareceu.

Até agora, o único título da coleção a chegar a SC foi o da Alfabetização.

A Editora Global informou ser responsável por produzir e comercializar a obra, mas não pelo conteúdo.

julia.antunes@diario.com.br

Vejo menos gente hoje

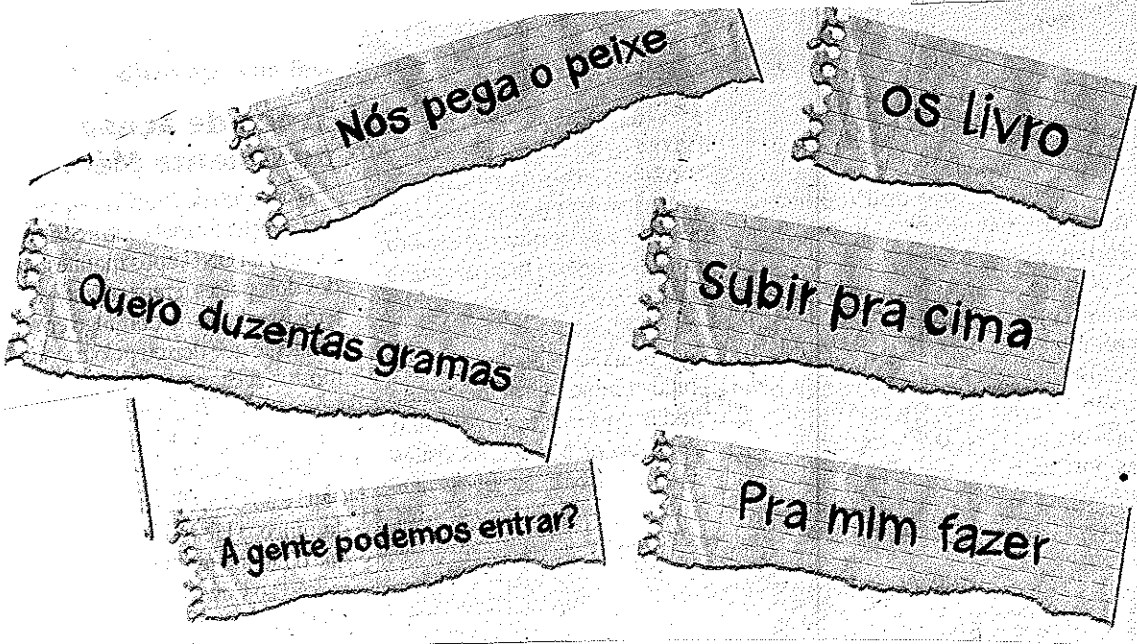
Ele é mais melhor que ela



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 17/5/11
Assunto: Tá certo ou não? - Livro polêmico ainda não chegou a Santa Catarina		Página: 22

Estudiosos longe de um consenso



Os exemplos usados pelos autores da obra dividiram a opinião de especialistas no Estado. Para a professora de língua portuguesa e literatura brasileira Dete Piazza, um livro didático não deveria afirmar que alguém pode falar “os livro”. Já a escritora e doutora em Educação Tânia Piacentini acredita que é preciso trabalhar com os conceitos de adequado e inadequado e não o de certo e errado.

– O que o aluno precisa é compreender que existe uma norma padrão, que exige a linguagem dominante, e que, dependendo do contexto onde ele vai estar, está adequado dizer “nós pega o peixe”. Por exemplo, um pescador da Lagoa da Conceição pode falar assim e é aceitável que ele fale dessa maneira – defende Tânia.

Aluno precisa saber o que é certo e errado, diz professora

Para ela, cabe à escola mostrar que existe uma língua padrão, mas que não se pode diferenciar uma pessoa porque ela fala fora dela.

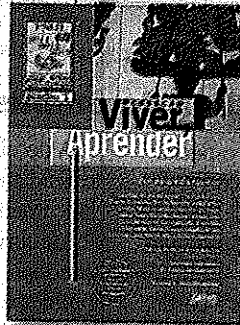
– Eu acho completamente correto um livro que mostre essas diferen-

ças. Isso existe em todas as línguas – argumentou.

Já para Dete, um livro didático não deveria dizer que a pessoa pode errar conjugação, porque isso não é o correto dentro da norma padrão da língua.

– O aluno precisa saber o que é certo e o que é errado para fazer provas e concursos. É claro que, num ambiente descontraído, a pessoa pode começar uma frase por um pronome oblíquo, como “me passe

DIVULGAÇÃO



o açucareiro”, mas precisa saber que está errado. É questão de concordância – justifica Dete.

Para ela, a gramática precisa ser respeitada e, por mais que haja um fator social, a fala foge das regras.

– Soa até mal.

Não é que não se aceite uma pessoa que fale errado. Mas deve ficar claro que ela comete erros gramaticais.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 17/5/11
Assunto: Educação		Página: 36

° Educação

Ao ouvir os políticos prometerem investir em educação e segurança, só podemos achar que isso realmente é uma piada. Na educação, cujos professores estão reivindicando o piso nacional da categoria com toda a justiça, há os servidores do quadro administrativo-analista técnico em gestão educacional, que estão há seis anos esquecidos e abandonados pelo atual e ex-governador. Pergunto: por que nenhum deputado cobrou dos governantes

o cumprimento da Constituição Federal, que manda pelo menos repor a inflação do período. Por que na hora de reajustar os seus vencimentos os senhores deputados e governadores, sempre esquecem de nós. Meu primeiro salário, há três anos e meio, foi de R\$ 760 e hoje é o mesmo R\$760 mais R\$120 de vale-alimentação. Este é apenas um desabafo de um servidor inconformado com o rumo da educação.

Gerson Jacoby
Por e-mail

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 17/5/11
Assunto: “Çal”		Página: 39

“Çal”

Como não há mais um príncipe para casar, pelo menos por enquanto, é como Osama bin Laden foi morto, o assunto em voga neste fim e início de semana é o livro lançado na sexta-feira pelo Ministério da Educação (eu disse Educação) ensinando nossos filhos a falar errado. A obra, se é que pode ser chamada assim, traz, entre outras frases gramaticalmente incorretas, a seguinte: “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado (sic)”. E os teóricos do ministério tiveram a coragem de ir aos meios de comunicação defender o livro, argumentando, entre outras besteiras, que o aluno deve ter o direito de escrever errado na escola, assim como fala em casa ou na rua, para que sintam mais vontade de estudar. Prestem atenção ao título do livro: *Por uma Vida Melhor*.

Se não tivesse o fato sido informado por toda a imprensa e se não fossem dezenas de críticos bombardeando a produção, eu acharia que era gozação. Como todos as arguições contrárias ao MEC devem ter sido esgotadas, só nos resta concluir que o ex-presidente Lula, que lidera o PT e, ao que parece, conduz os atos do atual governo, não sabe “portuguesis”. Então, como nunca na história deste país, muda-se o que se ensina nos estabelecimentos escolares para que haja adaptação ao que o grande líder fala e escreve. “Se nós não pudemos mudá a gramática do Lula, mudemo a gramática do Brazil. Ansim, Lula fala iguar a tudo mundo”, poderá explicar o ministro da Educação daqui a uns dias. E nós todos, que aprendemos que sal é com “s”, passamos a escrever com “ç”. O qui é qui tem de erado niso?



CLIPPING

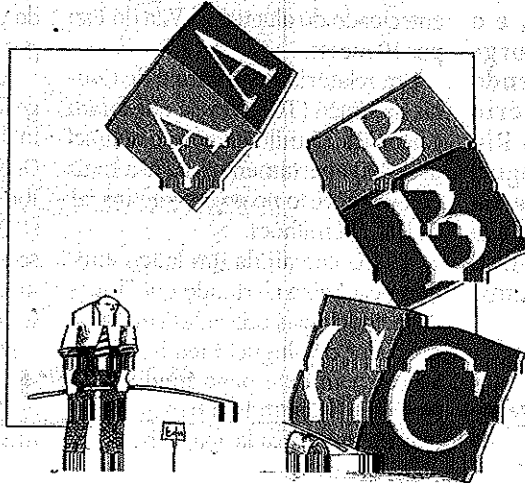
Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editoriais	Data: 17/5/11
Assunto: O certo e o errado		Página: 12

O CERTO E O ERRADO

A polêmica em torno do livro distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) que defende uma suposta supremacia da linguagem oral sobre a escrita, admitindo a troca dos conceitos de “certo e errado” por “adequado ou inadequado”, serve de alerta para os riscos do excesso de tolerância nesta e em outras áreas do aprendizado. Por mais que a autora apresente argumentos para defender como válidas as frases “nós pega o peixe” e “os menino pega o peixe”, a defesa da obra, custeada com dinheiro público, abre caminho, também, para a aceitação de que “dois mais dois são cinco”, como adverte a escritora Ana Maria Machado, da Academia Brasileira de Letras.

Todos são livres para falar como querem e como podem, mas a escola é o espaço do aprendizado. Esse é um princípio válido não só para uma aula de português, mas para qualquer área do ensino. Mesmo que a educação formal também se defronte com a subjetividade e, em constante atualização, muitas vezes se veja obrigada a relativizar e até revisar conceitos, é tarefa da escola a transmissão do conhecimento. Nesse contexto, o respeito às formas de expressão consagradas pela fala e definidas como manifestações da oralidade popular em nada é conflitante com a obrigação de fazer prevalecer, em sala de aula, o aprendizado de regras básicas da língua.

É nesse ponto que o Ministério da Educação comete um equívoco, ao acolher, recomendar e distribuir o livro *Por uma Vida Melhor*, da professora Heloisa Ramos. Não cabe ao reduto escolar, que deve compreender o contexto social em que atua, estimular, como método de ensino, a reprodução dos modos de falar e de escrever que, segundo a própria autora, podem ser considerados inadequados. Os educado-



A educação formal de adolescentes, à qual o livro de português se destina, é desafiada a lidar com sabedoria com a controvérsia e ensinar aos estudantes o que eles desejam de fato aprender.

res certamente cometerão um retrocesso se recomendar, em respeito às variedades linguísticas, que seus alunos continuem conjugando verbos e formulando concordâncias em desacordo com o que há de mais elementar na gramática. Não é essa a missão de quem ensina, ou a escola se transformaria apenas num ambiente de aceitação e compreensão de todas as manifestações consideradas populares.

A controvérsia provocada não é nova e repete, com outras abordagens, um falso conflito entre a linguagem oral, em especial de populações de baixa escolaridade, e a chamada linguagem culta. A educação formal de adolescentes, à qual o livro se destina, é desafiada a lidar com sabedoria com esse confronto para ensinar aos jovens o que eles desejam de fato aprender. E o que desejam, em primeiro lugar, numa aula de português, é compreender e poder exercitar normas de ortografia e de gramática. Nada disso significa que a língua não evolua e passe, como ocorreu recentemente, por reformas, atualizações e a incorporação de expressões regionais.

Boas escolas e bons educadores certamente utilizarão a polêmica para aperfeiçoar seus métodos e suas relações com os alunos. O que não pode prosperar, e que de alguma forma está subentendido na exaltação do “inadequado”, é a tentativa de perceber contingentes de estudantes como incapazes de um dia se apropriarem do saber representado pela denominada linguagem culta. Todos, sempre respeitados pelo modo como se expressam, são sujeitos potencialmente capazes e têm o direito de aprender na escola aquilo que a escola tem o dever de ensinar.

Clipping

CNTE

MEC (Painel do Leitor)

- ✦ Data: 17/05/2011
- ✦ Veículo: FOLHA DE S. PAULO - SP
- ✦ Editoria: OPINIÃO
- ✦ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Minha neta de quase três anos fala "as balinhas", "as maçãs" e demais plurais corretamente.

Hoje ela frequenta o minimaternal. Será que, quando estiver no ensino fundamental, falará "os livro", com o aval do MEC? O alerta de Clóvis Rossi (Opinião, 15/5) foi importante, tanto pelo conteúdo como pela visibilidade.

ANNA LUCIA L. MATIAS (Ribeirão Preto, SP)

O artigo de Clóvis Rossi ofende profundamente os linguistas do mundo todo. A linguística moderna substituiu o antigo ensino da gramática normativa, não desprezando a norma culta, mas mostrando que as línguas evoluem e mudam com o tempo e geram diferentes normas ou variantes linguísticas.

O que hoje pode soar como vulgar no português pode, no futuro, representar norma culta. A escola deve ter consciência da história da língua e dos valores que atribuímos socialmente às variedades linguísticas.

LUIZ CARLOS CAGLIARI, professor de linguística da Unesp (Araraquara, SP)

Quando vi que o MEC aprovou livro didático que ensina aos alunos que se pode falar "os livro", achei que tinha entendido errado. Acho que devemos mudar nossa maneira de falar.

CLEUSA GUERREIRO HUGUENEY (Uberlândia, MG)

O caso desse livro trazido à tona só mostra a ampla e funda ignorância dos que acham que podem falar sobre tudo nos meios de comunicação. Trata-se de uma falsa polêmica envolvendo esse livro didático. Falsa porque há mais de 15 anos os livros de português abordam o tema da variação linguística, de acordo com os novos, avançados e democratizadores parâmetros da educação linguística.

MARCOS BAGNO, professor da UnB (Brasília, DF)

Clipping

CNTE

16/05/2011 - Ministério da Educação não paga professores responsáveis pelo Enade

- ✦ Data: 16/05/2011
- ✦ Veículo: BOM DIA DF - TV GLOBO
- ✦ Editoria:
- ✦ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja o vídeo/áudio da matéria](#)

Tamanho
da fonte

A -

A +

Professores que elaboraram as questões para a prova do Enade, realizada em dezembro de 2010, reclamam que o Ministério da Educação ainda não pagou pelo trabalho. O Enade avalia o desempenho dos estudantes do Ensino Superior.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editoriais	Data: 17/5/11
Assunto: Educação infantil		Página: 12

Educação infantil

A construção de 48 centros de educação infantil, distribuídos por 35 municípios do Estado, foi incluída na segunda edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). A previsão é de que as obras estejam concluídas em meados do próximo ano, se não ocorrerem “acidentes de percurso”. Serão abertas 9.120 vagas. Atualmente, apesar de o Estado situar-se acima da média nacional em matéria de educação infantil – já são atendidas 89% das crianças de quatro a cinco anos, e 30% das que têm entre zero e três anos –, existem 237 mil crianças catarinenses sem acesso a creches públicas, conforme cruzamento entre os números do Censo 2010 e o de matrículas divulgado pelo Ministério da Educação.

Até o fim do semestre, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) promete liberar R\$ 1 bilhão para os 471 municípios selecionados no país. O objetivo traçado pelo Plano Nacional de Educação é universalizar o atendimento de crianças entre quatro e cinco anos até 2016, e atender a 50% dos infantes de zero a três anos até 2020. Trata-se de uma medida de longo alcance social. A educação é o mais produtivo de todos os investimentos públicos, pois de retorno certo e crucial à construção de um país com melhor qualidade de vida e cidadania mais atenta e consciente de seus direitos e deveres.

A convivência com outras crianças da mesma faixa etária é importante para a formação de hábitos sociais

adequados. É na primeira infância, também, que começa a construção de uma sólida base para a educação formal. A importância da medida vai muito além. Hoje é cada vez maior o número de mães que trabalham para garantir o sustento familiar e necessitam garantir vagas em creches públicas para seus filhos até mesmo como questão de sobrevivência. Boa parte das mães das 21.383 crianças catarinenses atualmente inscritas e em listas de espera por vagas nos centros de educação infantil no Estado enquadra-se nesta situação. O anúncio da construção das novas creches, que acrescentarão mais de 9 mil vagas ao sistema no ano que vem, é animador. Há que vigiar e cobrar para que não se transforme em outra promessa traída.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 17/5/11
Assunto: Integração		Página: 2

INTEGRAÇÃO?

Nada menos do que 81 servidores públicos do governo do Estado estão cedidos para a Assembleia. A prática é tão disseminada que tem gente lotada em quase todos os gabinetes dos deputados. Eles vêm das secretarias da Fazenda, Saúde, Educação, Deinfra, Procuradoria, Epagri, Deter, Cidasc, Administração, Casan, Segurança, Iprev, Sol, Fatma e até Fundação Catarinense de Educação Especial. Representatividade boa a do Executivo no Legislativo, né?

Clipping

CNTE

Kit anti-homofobia nas escolas não prevê treinamento de professores

» Data: 17/05/2011
» Veículo: 180 GRAUS
» Editoria:
» Assunto principal: ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Especialistas criticam material por focar apenas na discriminação contra os gays

17/05/2011 às 01:09h

O kit anti-homofobia que será entregue a escolas públicas brasileiras não vai incluir nenhum tipo de curso ou preparação para os professores. O material é dirigido para o ensino médio, com alunos entre 14 e 18 anos, e deve ser enviado para 6.000 colégios a partir do segundo semestre.

O próprio kit, segundo o MEC (Ministério da Educação), servirá de preparação para os professores. Nele estarão orientações para que o tema possa ser tratado nas salas de aula. O material não será de uso obrigatório e não vai ser entregue aos alunos, afirma o ministério. Cada escola escolherá como adotar o conteúdo no currículo escolar.

Sobram críticas e dúvidas com relação ao kit. A falta de preparação dos professores é uma das grandes preocupações de Simon Schwartzman, ex-presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e pesquisador do IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade).

Para Schwartzman, os professores deveriam ser preparados para lidar com a temática homossexual com ou sem o kit. Não dá para introduzir a questão na escola de forma artificial e distanciada dos alunos, por um material escrito e gravado em DVD, pondera ele.

"O tema da questão sexual entra na sala de aula naturalmente, assim como entra o amor, o sexo e a amizade. Os jovens são curiosos, fazem perguntas. Mas como é um assunto íntimo, [as dúvidas] deveriam ser tratadas com naturalidade, caso a caso, e não de forma padronizada e externa na sala de aula, por um kit."



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 17/5/11
Assunto: Escolas de educação básica têm até 3 de junho para inscrição		Página: online

Escolas de educação básica têm até 3 de junho para inscrição

As escolas públicas da educação básica têm prazo até 3 de junho para fazer a inscrição na 7.^a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep). Dados da coordenação da olimpíada, fechados na tarde de sexta-feira, 13, mostraram que 15.661 escolas estão inscritas, somando 7,5 milhões de estudantes.

Podem participar da Obmep 2011 estudantes divididos em três níveis: do sexto e do sétimo ano do ensino fundamental; do oitavo e do nono ano do fundamental; e das três séries do ensino médio. A inscrição é feita pela escola.

A olimpíada tem duas provas. A primeira, com 20 questões, será aplicada em 16 de agosto em cada escola inscrita. A correção dessa prova será feita pelo professor da turma, a partir de instruções e gabaritos elaborados pela Obmep. Serão classificados para a segunda etapa 5% dos alunos de cada escola, em cada nível, com melhor pontuação.

A segunda prova, com seis a oito questões, será em 22 de outubro, em centros de aplicação indicados pela Obmep. Nessa etapa, a aplicação dos testes e a correção serão feitas por educadores indicados pela coordenação da olimpíada.

Trajetória – Criada em 2005, a Olimpíada Brasileira das Escolas Públicas cresce em número de participantes a cada ano. Em 2005 participaram da competição 31.031 escolas públicas, 10,5 milhões de alunos com representação de 93,5% dos municípios. Em 2010 foram 44.715 escolas, 19,6 milhões de estudantes e 99,6% dos 5.565 municípios. A expectativa dos organizadores é alcançar 20 milhões de alunos em 2011.

A Obmep é promovida pelos ministérios da Educação e de Ciência e Tecnologia, realizada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura Aplicada (Impa) com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM). O objetivo é estimular o estudo da matemática entre alunos e professores da educação básica.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 17/5/11
Assunto: Videoconferências vão orientar escolhas das obras para 2012		Página: online

Videoconferências vão orientar escolha das obras para 2012

A Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC) realizará videoconferências, nesta terça-feira, 17, e na quarta, 18, para apresentar a professores e técnicos das secretarias estaduais de educação os critérios didático-pedagógicos que nortearam o processo de avaliação das obras para o ensino médio inscritas no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2012. As conferências, que irão ao ar às 14h, orientarão os participantes na escolha dos livros didáticos para o triênio 2012-2015.

O período de indicação das obras para o ensino médio será aberto no dia 23 e se estenderá até 12 de junho, em todas as escolas públicas de ensino médio. Pela primeira vez, o MEC oferece coleções que contemplam todos os componentes curriculares. No primeiro dia de videoconferências, serão apresentadas as coleções de matemática, biologia, química, física e língua estrangeira moderna (inglês e espanhol); no segundo, língua portuguesa, história, geografia, sociologia e filosofia.

O Guia do Livro Didático de 2012 contém o resumo das obras selecionadas pelo MEC. Com o guia, professores e diretores podem indicar os títulos mais adequados ao sistema pedagógico. As dúvidas serão tiradas nas videoconferências, acessíveis aos interessados também pelo sistema de webconferência.

Na seleção e distribuição dos livros didáticos, o MEC abre edital de convocação de editoras. Elas apresentam os livros, que passam por avaliação quanto à proposta pedagógica e à linha de pesquisa dos autores. As obras aprovadas são apresentadas às escolas pelo Guia do Livro Didático. Escolhidas as coleções para cada disciplina, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) negocia os preços com as editoras e, por meio de contrato com os Correios, faz a distribuição. Os livros devem chegar às escolas antes do início do ano letivo.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 17/5/11
Assunto: Inep prorroga prazos para instituições enviarem dados do Censo da Educação superior		Página: online

Inep prorroga prazo para instituições enviarem dados do Censo da Educação Superior

Os estabelecimentos de ensino públicos e privados de todo o país terão até o dia 20 de maio para enviar ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) os dados de docentes e alunos para o Censo da Educação Superior 2010. O prazo, que inicialmente encerrava no dia 13, foi prorrogado para dar mais tempo às instituições de ensino. O preenchimento dos dados deve ser feito pela internet, no site do Censo da Educação Superior. Os dados serão utilizados para compor indicadores de qualidade como o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC).

Segundo a Agência Brasil, durante o período de preenchimento, os responsáveis pelas informações podem fazer alterações e inclusões a qualquer momento. Após o prazo de coleta dos dados, o Inep enviará às instituições um relatório com as informações verificadas. Os dados consolidados devem ser divulgados até o fim de julho.

O Censo da Educação Superior é coletado anualmente e tem o objetivo de oferecer informações detalhadas sobre a situação atual do setor. O Censo reúne informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia de Joinville	Editoria: Especial	Data: 13/05/2011
Assunto: Ensino em tempo integral		Página: 3

Ensino em tempo integral

Escolas públicas. Projeto oferece aulas de reforço e oficinas para estudantes

ALINE MACHADO PARODI
aline.parodi@noticiasdodia.com.br

Aulas diferentes onde o lúdico entra em cena para auxiliar no aprendizado. Esta é a proposta do Mais Educação, um projeto do Ministério da Educação desenvolvido em Joinville por cinco escolas públicas (quatro estaduais e uma municipal). O projeto está em andamento desde agosto do ano passado e os resultados são as sensíveis mudanças de comportamento das crianças e melhora no desempenho escolar.

Qual é o segredo deste desempenho? A supervisora de ensino da Secretaria Municipal de Educação, Dalva Maria Alves, explica que o atendimento individualizado ao aluno permite identificar as necessidades de cada um. Outro ponto que Dalva

“
Nas aulas
de reforço,
existe uma
interação
maior
entre
professores

e alunos.

”
**DALVA MARIA
ALVES,**
SUPERVISORA

Além de melhorar as notas, a participação em atividades extra-classe ajuda no desenvolvimento do aluno, melhora a convivência com outras crianças e na disciplina. Essas mudanças são percebidas na Escola de Educação Básica Guilherme Zuegue, no Rio Bonito. “Os professores já perceberam mudança de comportamento dos alunos”, afirmou a coordenadora do projeto na escola Claudine Schatzmann Alves.

Diariamente, os 80 alunos que fazem parte do projeto Mais Educação participam de oficinas de fotografia, teatro, produção de um jornal e aulas de reforço de matemática e português. “Nas oficinas de fotografia, os alunos trabalham o universo da escola. Eles também estão desenvolvendo um jornal, elaboram as notícias e distribuem os jornais. Com isso, focamos o

Tempo integral.
Giovana estuda
à tarde e
participa das
atividades
extraclasse
pela manhã

português, comentou Claudine.



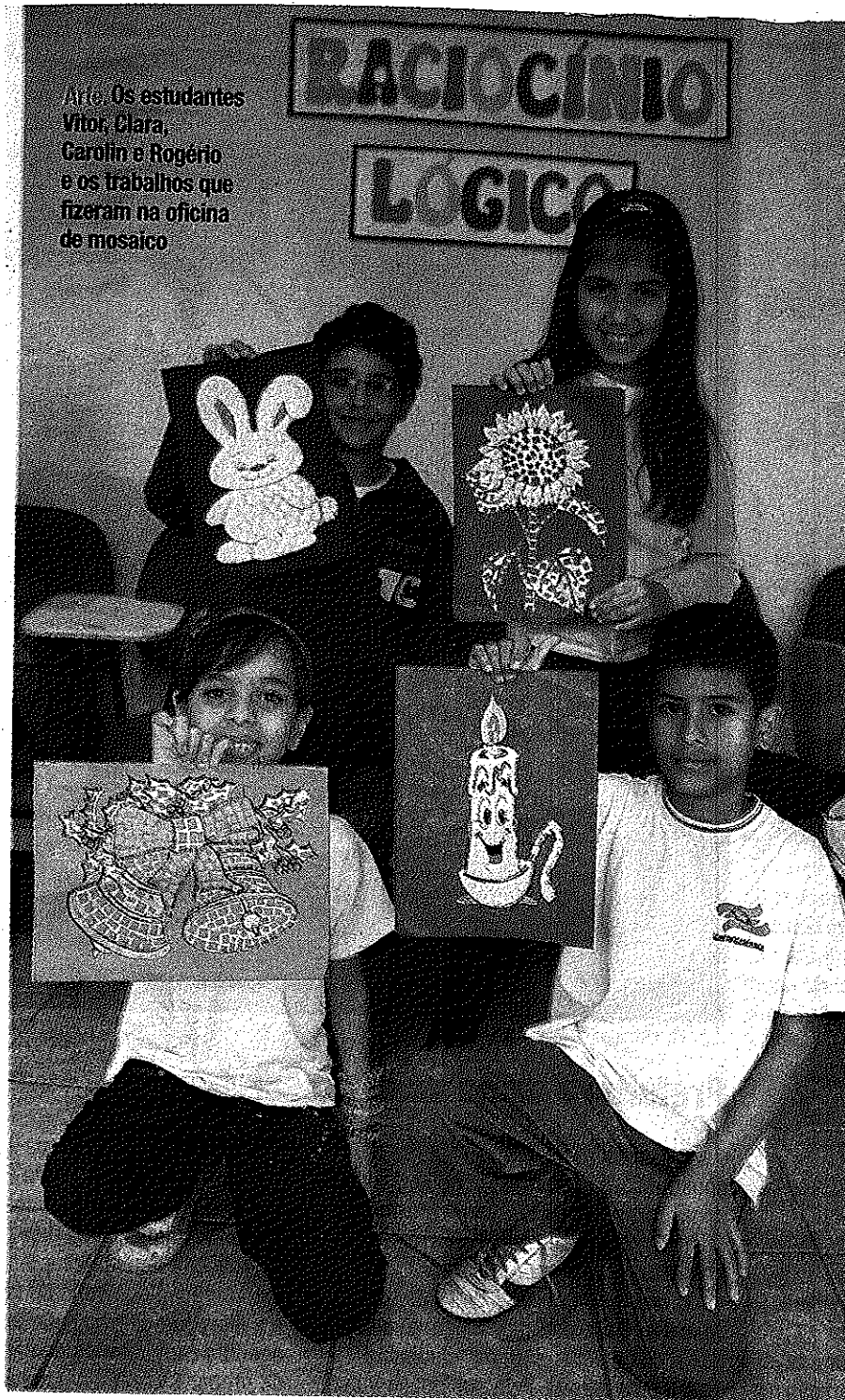
...estas são as aulas lúdicas.
“Nas aulas de reforço existe uma interação maior entre professores e alunos, o material didático também estimula o aprendizado”, ressalta a supervisora.

O desempenho varia de...



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia de Joinville	Editoria: Especial	Data: 13/05/2011
Assunto: Ensino em tempo integral		Página: 3



Arte. Os estudantes Vinor, Clara, Garolin e Rogério e os trabalhos que fizeram na oficina de mosaico

Alunos aprovam as oficinas

Além da Escola Guilherme Zuegue, também desenvolvem o projeto as escolas de Educação Básica Alcida Ferreira, Maria Amin Ghanen, Dr. Tufi Dippe e a Escola Municipal Dr. Sadala Amin Ghanen. Na Tufi Dippe, o projeto atende a quase cem crianças do 1º ao 8º ano do ensino fundamental. "Já percebemos desempenho positivo, principalmente nas séries iniciais, tanto nas notas como no comportamento", disse Luciana Andrea Kienen, coordenadora do projeto.

Uma das oficinas preferidas do aluno do 4º ano Caio Henrique dos Santos da Silva, 9 anos, é a de raciocínio lógico. O menino, que participa do projeto desde o ano passado, comemora as notas altas no boletim. "Antes, eu tirava 2 ou 3, agora já estou tirando 8 e 9. Aprendi a pensar melhor", revelou Caio. Para o colega Rogério da Silva Gimenes Júnior, 9, as aulas de mosaico auxiliam na coordenação motora e servem como brincadeira. "É bem divertido", disse o menino.

As atividades do projeto ajudam a pequena Giovana Viana Canuto da Silva, 7, aluna do 1º ano do ensino fundamental, no convívio com os colegas. "Aqui eu aprendo mais. Na minha sala de aula, os colegas são muito bagunceiros. Eu gosto mais dessas aulas", afirmou a menina, que estuda no turno da tarde e participa das atividades extracurriculares pela manhã.

A professora Joice Mariani, monitora da oficina de mosaico, explica que esse tipo de atividade contribuiu para a concentração, coordenação motora e o raciocínio. "A evolução é percebida no aprendizado em sala de aula. O mosaico exige concentração", disse a professora.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Região	Data: 17/05/2011
Assunto: Alunos sem transporte escolar		Página: 11

Alunos sem transporte escolar

Convênio. Estado não faz repasse e prefeitura de Biguaçu suspende atendimento

MARIELLA CALDAS

mariella@noticiasdodia.com.br

@mariella_ND

BIGUAÇU — Mil e 700 estudantes de escolas estaduais localizadas no interior do município de Biguaçu estão sem transporte escolar desde esta segunda-feira (16). Muitas crianças deixaram de ir à aula porque estudam longe das instituições de ensino. É o caso do filho de Tatiana Suzan Wolff, 38.

Moradora do bairro Sorocaba, Tatiana conta que o filho estuda na terceira série do ensino fundamental no período vespertino e não foi à escola. “Tenho uma filha que estuda à noite e utiliza o transporte escolar para voltar para casa, por volta das 22h30. Como ela vai fazer se os ônibus não voltarem a passar?”, questiona. Além dos filhos de Tatiana, dezenas de crianças estão sendo prejudicadas.



1.700

é o total de estudantes da rede estadual que são atendidos pelo transporte

Secretária diz que Estado não pagou

A secretária de Educação, Maria de Fávéri, explica que o transporte dos alunos de escolas estaduais é do governo do Estado, mas que era desenvolvido pelo município através de um convênio firmado. Segundo o assessor do prefeito José Castelo Deschamps, o Estado não efetuou o pagamento de quase R\$ 1 milhão investido pela Prefeitura em 2010, período em que o transporte foi realizado.

“Setenta por cento do nosso transporte escolar é utilizado por alunos da rede estadual e não temos condições como fazer este serviço para o Estado sem que o repasse seja realizado”, relata a secretária. Ela lembra que desde o ano passado a prefeitura tenta negociar, sem sucesso, os valores do convênio. “Diante disso, o convênio não foi renovado e esperamos agora que encontremos uma solução”, completa.

“
*Tenho uma
filha que
estuda
à noite e
volta às
22h30.
Como ela
fará sem
ônibus?*
”

TATIANA WOLFF,
MORADORA DO
BAIRRO SOROCABA



CLIPPING

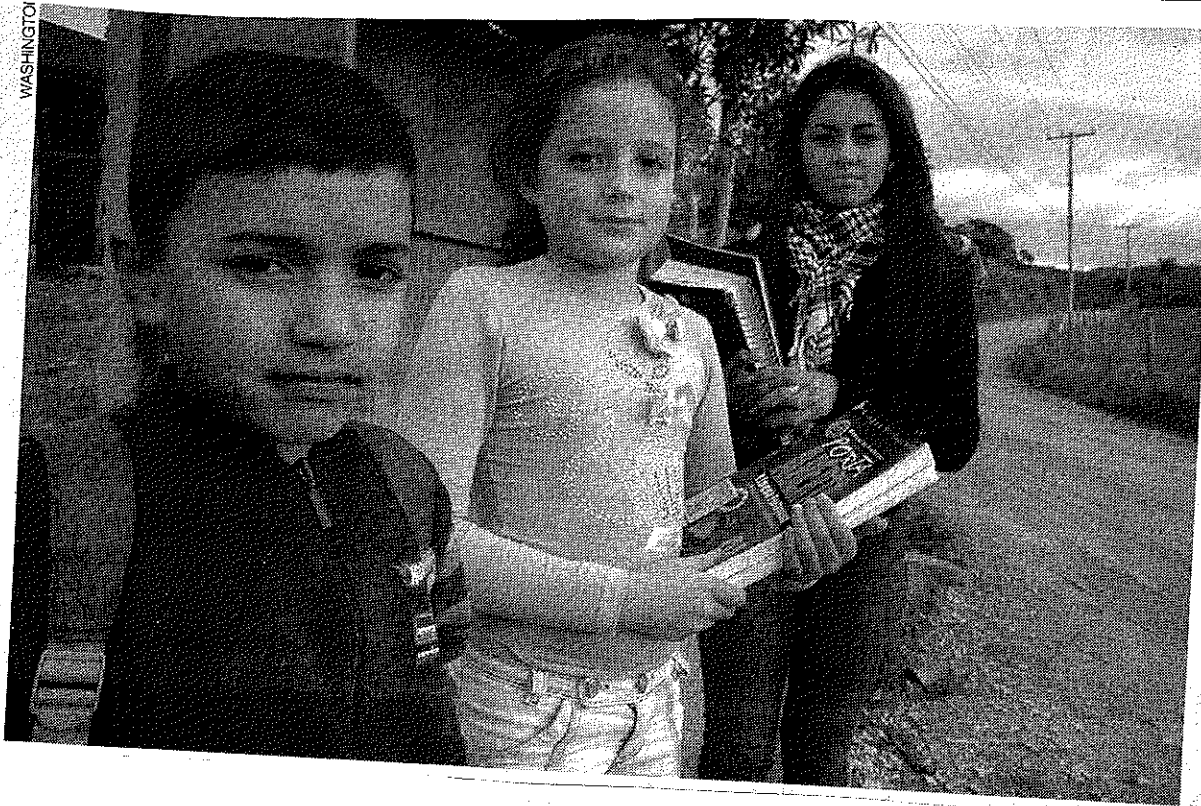
Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Região

Data: 17/05/2011

Assunto: Alunos sem transporte escolar

Página: 11



Sem ônibus.
Alunos de
Sorocaba
ficaram sem
aula ontem

Reunião está marcada para esta terça-feira

Representantes das secretarias de Educação, Desenvolvimento Regional e Prefeitura de Biguaçu se reúnem na tarde de hoje, para discutir o assunto e buscar uma solução para o impasse.

A diretora de Apoio do Estudante da Secretaria de Estado de Educação, Rogéria Diégoli, confirma que entre as 292 cidades que possuem convênio para o transporte escolar Biguaçu é uma delas. "Existem cidades em que o território e a distância entre as residências e a escola são maiores e há mais gastos. Os pagamentos do convênio são efetuados em nove parcelas anuais", destaca.

Rogéria explica que algumas prefeituras não querem transportar mais os estudantes porque acreditam que investem mais do que o repasse recebido pelo Estado.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN. <i>Joinville</i>	Data: 17/05/2011
Assunto: Creches		Página: 12



PRESSÃO

Pais e professores pedem explicações à Prefeitura sobre o valor que deveria ser liberado mensalmente

Sem dinheiro

Creches cobram repasse

O Plenarinho da Câmara de Vereadores de Joinville ficou pequeno para tantas pessoas ontem à tarde. Pais e professores ligados à Associação Joinvilense dos Centros de Educação Domiciliar Infantil (Ajochedi) foram na Comissão de Finanças para, junto com os vereadores, cobrar o repasse mensal da Prefeitura à entidade.

Segundo a presidente Analie dos Santos, a Ajochedi não recebe,

há pelo menos cinco meses o valor correspondente a R\$ 222 por mês para criança atendida.

O gerente administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Rudimar Ferreira, disse que o valor não pode ser repassado porque a Ajochedi está com pendência na entrega de 13 documentos para a prestação de contas. Além disso, o não pagamento da parcela de dezembro do INSS

também inviabiliza os repasses.

Segundo Analie, a parcela não foi paga porque o dinheiro chegou só em janeiro. "Algumas creches estão tendo que se desfazer de objetos para conseguir arcar com as despesas", afirma. Sobre a falta de documentos, ela diz que apenas dois alvarás sanitários não foram apresentados. "Só vamos entregar quando o contrato for revisto", diz ela.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 17/05/2011
Assunto: UDESC		Página: 7

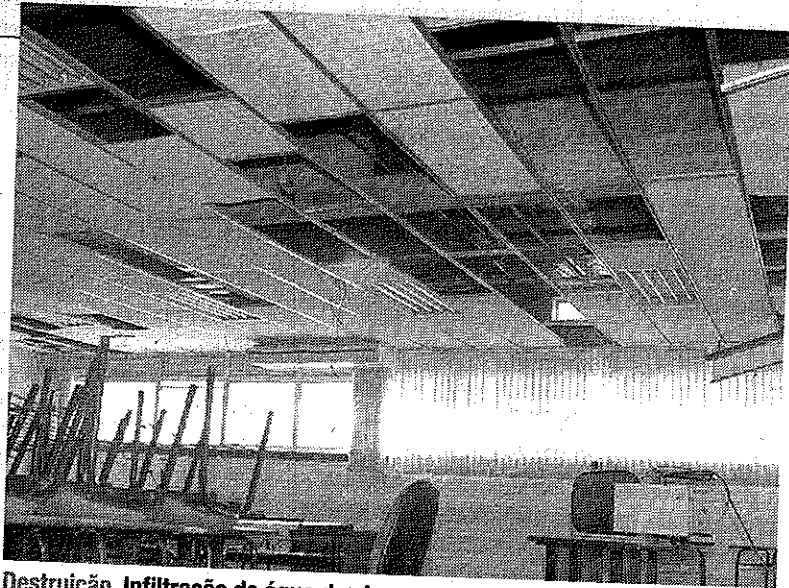
UDESC

Esag sem teto e alunos sem aulas

MÔNICA FOLTRAN
monica@noticiasdodia.com.br
@monicaf_ND

FLORIANÓPOLIS — Salas de aula inundadas e um auditório destruído. É a situação na Esag (Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas) da Udesc após a infiltração de água no fim de semana, que destruiu 80% da estrutura. Cerca de 1400 alunos estão sem aulas. A previsão é que as atividades sejam retomadas 23 de maio.

Segundo a direção da Esag, por conta de obras que estavam sendo feitas no telhado, que foi coberto por uma lona plástica, a água da chuva acumulou e parte do teto cedeu, causando sé-



Destruição. Infiltração de água da chuva causou estrago na universidade

rios danos à estrutura. Ao total 12 foram salas atingidas, das quais, sete totalmente destruídas. Ontem, a Defesa Civil interditou o prédio por tempo indeterminado.

Apesar da situação, a direção da Esag afirma que no dia 23, cerca de 1000 alunos serão transferidos provisoriamente para locais que

não foram atingidas, e outros que serão adaptados. Estudantes de economia irão para o Centro de Artes. Turmas de mestrado e alunos da terceira idade estão sem local.

De acordo com a direção da Esag, um erro na gestão da obra no telhado gerou a destruição. “Não tivemos um posicionamento oficial da empresa”, afirma o diretor geral, Mário César Moraes.



PASSO

Direção ainda faz o levantamento dos prejuízos e avalia soluções rápidas para o problema

Clipping

CNTE**16/05/2011 - A eterna luta dos professores no Brasil**

› Data: 16/05/2011
› Veículo: NE 10
› Editoria:
› Assunto principal: ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Leitor defende o piso nacional de salário da categoria

Publicado em 16/05/2011, às 20h34

Nonato Aguiar

Os professores deste país sempre trabalharam na adversidade, quer seja no enfrentamento das péssimas condições de trabalho, nas salas de aula superlotadas, nos baixos salários recebido.

Em relação aos baixos salários, recentemente, o STF resolveu reconhecer o piso salarial nacional para os professores com habilitação em magistério, ensino médio e, afirma, categoricamente que piso e gratificações são "coisas" distintas e, conseqüentemente, diferentes.

Por outro lado, os professores com formação superior deverão ser enquadrados num plano de cargos e carreira, partindo no piso salarial nacional.

Nessa perspectiva vivemos momentos de grandes e famigeradas interpretações do óbvio quanto a aplicabilidade da lei do piso salarial nacional. O MEC vacila na interpretação, na aplicação e no cálculo do piso salarial nacional. Enquanto "políticos" verdadeiramente obtusos, "confundem" piso com gratificações, chegando mesmo, a incorporar gratificações ao salário, no sentido de justificar o pagamento de um pseudo piso salarial, contando para tal com a imensa parcialidade e parcimônia do subserviente poder legislativo. E, mais ainda, descumprem decisão do STF, quanto a matéria transitada em julgado.

Vivemos ou não no estado de direito? É do conhecimento geral e todos, que o novel artigo 475-I, dispõe no § 1º: É definitiva a execução de sentença transitada em julgado e provisória quando se tratar de sentença impugnada mediante recurso ao qual não foi atribuído efeito suspensivo.

Constata-se que o cumprimento da sentença se aplica às obrigações específicas e às obrigações para pagamento de quantia certa, ou seja, quando se tratar de cumprimento de obrigação específica, deve ser seguida a sistemática dos artigos 461 e 461-A do Código de Processo Civil.

A intenção do legislador foi criar um único procedimento, fazendo uma mistura de processo de cognição e execução, criando o chamado processo sincrético, deixando uma impressão de desnecessidade do processo executivo. Na verdade o

legislador "desqualificou" o processo executivo, tentando retirar o caráter de processo distinto e autônomo em face do processo de conhecimento.

Ademais, ressalvadas as sentenças de natureza declaratória e constitutiva, a sentença não é suficiente para atender ou satisfazer o autor ou credor. Assim sendo, para realmente ser atendido o interesse do autor sempre será necessário o processo executivo, sempre como um procedimento complementar, diverso ao processo de natureza cognitiva.

Por fim vale a máxima: para decisões judiciais é um cumpra-se. Em outras palavras: pague-se.